

N. CLASS. M 793.3
CUTTER S 586 d
ANO/EDIÇÃO 2015

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS/MG

EDUCAÇÃO FÍSICA

PRISCILLA BORGES DA SILVA

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS: Inclusão do aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física

**Varginha/MG
2015**

PRISCILLA BORGES DA SILVA

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS: Inclusão do aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física, do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, sob orientação do Prof.^a Ma. Flavia Regina Ferreira Alves.

**Varginha/MG
2015**

PRISCILLA BORGES DA SILVA

A DANÇA EM CADEIRA DE RODAS: Inclusão do aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física

Monografia apresentada ao curso de Educação Física do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Aprovado em / /

Prof.^a Ma. Flavia Regina Ferreira Alves

Prof.^a Esp. Silvana Diniz Gomes

Prof.Esp.Marco Antônio Nogueira Azze

OBS:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, a minha orientadora Flavia Regina Ferreira Alves, e aos meus professores que acreditaram no meu potencial e me ajudaram na construção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho por meio de pesquisa bibliográfica sistemática, tendo como objetivo analisar sobre a importância da dança em cadeira de rodas e seu desenvolvimento artístico, por meio de seus diversos estilos, como forma de expressão e comunicação, através da inclusão feita nas aulas de Educação Física. física. As pessoas com deficiência física historicamente, sempre foram desamparadas, abolidas e reclusas pela sociedade, sendo vítimas de todas as formas e preconceitos. Com o passar do tempo, começaram a exigir seus direitos, ter participação ativa na sociedade e se mostrar cidadãos em todas as instâncias sociais, tais como escolas, mercado de trabalho, nas artes e também nos esportes. A dança tem a capacidade de melhorar o indivíduo, com a sua prática de liberdade de expressão e comunicação. Além de ser uma atividade física que promove o bem estar de corpos e mentes, melhora também a qualidade de vida. A dança proporciona o autoconhecimento, pelo toque, aumentando a percepção corporal, relaxamento da musculatura, beneficiando o desenvolvimento físico, motor, neurológico e o intelectual. A dança em cadeira de rodas como forma de inclusão do deficiente físico nas aulas de educação física, possibilita uma maior consciência corporal assim como sua integração no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Dança em Cadeira de Rodas.

ABSTRACT

This work through a systematic literature review, aiming to analyze the importance of dance in wheelchair and his artistic development, through its various styles as a way of expression and communication by including made in PE lessons . physical. People with physical disabilities historically have always been abandoned, abolished and prisoners by society, and victims of all forms and prejudices. Over time, they began to demand their rights, have active participation in society and show citizens in all social institutions such as schools, the labor market, in the arts as well as in sports. The dance has the ability to improve the individual, its practice of freedom of expression and communication. Besides being a physical activity that promotes the well being of body and mind, also improves quality of life. Dance provides self-knowledge, by touch, by increasing body awareness, muscle relaxation, benefiting the physical, motor, neurological and intellectual. The dance in a wheelchair as a means of inclusion of the handicapped in physical education classes, enables greater body awareness as well as their integration in the school context.

Keywords: *Physical Education, Inclusion. Dancing in a wheelchair*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 A INCLUSÃO DA DANÇA EM CADEIRA DE RODAS NA ESCOLA.....	09
2.1 A dança em cadeira de rodas como inclusão do deficiente físico.....	09
2.2 Benefícios da dança em cadeira de rodas como recursos para o desenvolvimento do aluno.....	11
2.3 Inclusão do aluno deficiente físico na escola	12
2.4 Educação física inclusiva e a dança em cadeira de rodas	15
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	19
4 RESULTADOS	20
5 DISCUSSÃO	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos pessoas com deficiência física foram limitadas a fazer parte de uma classe excluída da sociedade. Os obstáculos encontrados praticamente em toda a parte e a ênfase em suas limitações do deficiente físico o colocaram como impotente no dia a dia, fortalecendo assim o isolamento social. A inclusão do aluno com deficiência física nas aulas de Educação Física através da dança em cadeira de rodas, proporcionará aos alunos uma liberdade de movimentos, com sentimentos indescritíveis.

Quando começamos a observar as competências destes cidadãos, passamos a notar que são pessoas com capacidade de executar tudo que qualquer pessoa “comum” executa, dentro das suas limitações. Estas pessoas nos surpreendem quando encorajadas e tratadas com dignidade e assim começam a adquirir habilidades específicas para que possam cumprir as suas atividades diárias (DOMINGOS, 2005).

Sendo assim cabe aos profissionais, familiares e amigos que compartilham de suas rotinas, mudar o discurso de “não são capazes”, para “são capazes”. Inúmeras são as maneiras de demonstrar os sentimentos quando se dança, pois se pode transmitir mensagens e sentimentos intensos por meio dos movimentos que talvez não se consiga expressar de forma verbal. Atualmente é possível ao cadeirante aproveitar das mais belas e diversas manifestações artísticas junto com o seu corpo, ainda que necessite do auxílio de uma cadeira de rodas. Estes momentos podem ser de grande qualidade terapêutica e devem ser estimulados todos os que demonstrem a vontade de dançar (DOMINGOS, 2005).

A partir do momento em que o cadeirante entende seu potencial, a vontade de atingir melhores performances faz com que aprimore também o aspecto cognitivo. Acredita-se desta forma, que seja mais fácil conseguir resultados em todos os aspectos do cotidiano de uma pessoa com deficiência física quando o trabalho é feito de forma lúdica, agradável, numa relação de confiança e empatia com seu professor.

De acordo com Barreto; Ferreira (2011), a dança em cadeira de rodas, surgiu no Brasil no ano de 2001, com a realização do I Simpósio Internacional de Dança em Cadeira de Rodas. Por meio da iniciativa de pesquisadores, reuniram-se vários grupos de pessoas com deficiência de todo país, com a finalidade de se exibir uma nova modalidade esportiva de origem europeia.

A contribuição da dança inclusiva com cadeira de rodas como uma maneira de se desenvolver a arte da dança pelo meio de seus diversos estilos, como forma de expressão e

comunicação, além de ser um ótimo meio de para a prática de atividade física e integração entre pessoas sem deficiência ou não, cadeirantes ou não cadeirantes, é um processo de inclusão proposto, com um longo caminho a ser trilhado.

Esta pesquisa tem a finalidade de demonstrar como a dança em cadeira de rodas e seu desenvolvimento artístico, por meio de seus diversos estilos, como forma de expressão e comunicação, através da inclusão feita nas aulas de Educação Física e assim possibilitando ao aluno com deficiência física sua maior participação e desenvolvimento nas aulas de Educação física.

2 A INCLUSÃO DA DANÇA EM CADEIRA DE RODAS NA ESCOLA

A dança inclusiva, gera uma constante reavaliação de valores pessoais e sociais, relativos à deficiência, às semelhanças e diferenças humanas, agregando os seres humanos através da arte da dança, oferecendo assim a convivência em grupo, focando nas suas capacidades (DANCE, 2014).

O desenvolvimento de diferentes aspectos através da arte da dança ocorre, pois ajuda a desenvolver a personalidade de maneira equilibrada, propicia a aquisição de conhecimento, conceituação, entendimento e aceitação do próprio indivíduo. Através da autoavaliação e da autocrítica, permite a realização e independência emocional controlada, ou seja, o domínio e disciplina dos próprios impulsos, conseqüentemente aumenta a sensação de bem-estar e permite ao indivíduo criar uma escala de valores ajustada a seu nível de exigência que lhe possibilite suplantar-se (VARGAS, 2003).

O processo de inclusão através da dança começou na Suécia, Alemanha e na Grã-Bretanha no final da década de 60 e se instituiu em outros países em meados da década de 70, hoje sendo uma modalidade praticada em mais de 50 países. A dança em cadeiras de rodas, regulamentada em 1989 pelo *International Sports Organization For The Disabled* (ISOD), com sede em Munique, foi reconhecida oficialmente pelo *European Paraolympic Committee* (EUROPC), em 1993, e também pelo *International Paraolympic Committee* (IPC). No ano de 1998, foi fundado o *Internacional Wheelchair Dance Committee* (WDSC). No ano de 1975, teve início a primeira competição nacional na Escandinávia e no ano de 1977 aconteceu a primeira competição internacional na Suécia. Desde então, as competições tornaram-se mais frequentes e estruturadas. Desde 1990 os campeonatos internacionais, foram abertos para todos os países (FERREIRA E FERREIRA, 2004).

2.1 A dança em cadeira de rodas como inclusão do deficiente físico

A dança sendo uma linguagem, sabemos que ela precisa ser considerada uma forma de comunicação diferente da linguagem verbal, porque ela tem suas particularidades e as suas características expressivas. A dança se constitui porque as pessoas dançam, estabelecendo relações de sentidos entre elas, ou seja, existe uma afinidade do homem com o simbólico formado pela história e pela cultura.

A dança é um modo de expressão efêmero, executado de uma forma e num estilo pelo corpo humano que se desloca através do espaço. A dança toma forma através de movimentos rítmicos controlados, escolhidos com um objetivo preciso; o resultado de tal atividade é aceito enquanto dança, tanto pelo dançarino quanto pelos membros de um grupo determinado observando a situação (KAEPLER, 1997, p. 28).

Acredita-se que a dança é uma das maneiras mais antigas de comunicação e expressão usada pela humanidade, podendo ser observada um crescimento constante desta arte até os dias de hoje. De acordo com Barros (1991), desde 1940, vem sendo empregada também como forma de terapia para pacientes em processo de reabilitação.

Com o surgimento da atividade física adaptada juntamente com a dança para pessoas com deficiência física, este tipo de atividade é usada como forma de prevenção e meio terapêutico na área da saúde. Sendo assim e ultrapassando sua utilização terapêutica, a dança tem como fundamental função oferecer um caminho para a reabilitação por um meio não tradicional, em relação às pessoas cadeirantes (GIRALDI, SOUZA, 2011).

Na reabilitação é importante analisar acertos e erros das práticas inovadoras, escrevendo e inventando possibilidades; talvez seja necessário aproximar os conhecimentos antropológicos, culturais, artísticos e éticos daqueles científicos; reinventar a reabilitação, valorizar a criatividade, transformar os “caminhos” da deficiência em experiências cujos sentidos possam ser compartilhados como forma de expressar-se, do diferenciar-se (MATTOS, 2001, p. 75).

A dança em cadeira de rodas vem crescendo no campo de trabalho dos profissionais e conseguindo aumentar o seu espaço na sociedade, por meio de demonstrações artísticas que favorecem os praticantes. Mesmo assim, a dança em cadeira de rodas teve que atender as determinações das áreas da dança moderna, da terapêutica e da dança de salão, para que pudesse ser considerada uma nova modalidade. Sendo hoje considerada como artística/recreativa ou competitiva. Em caráter recreativo/artístico, é entendida como dança criativa e/ou moderna e a participação dos dançarinos podem ser na categoria solo, casais ou em grupos (BARRETO, 2011).

De acordo com Barreto e Ferreira (2011) sendo arte ou esporte a dança em cadeira de rodas é uma prática completa contendo em si criatividade e técnica. Assim podemos ver a existência de uma nova concepção estética. Sua execução enquanto esporte ou modalidade artística conduz a uma reflexão sobre valores, técnicas corporais e regras de composição coreográfica. Os métodos ou processos que desenvolvem essa modalidade independem de quaisquer diferenças físicas que possam ter o deficiente, o grande objetivo é apresentar aos dançarinos com deficiência a quebra de regras em favor da liberdade de expressão, fazendo de

seu próprio corpo uma ferramenta tradutora de diferentes ideais e não apenas um simples reprodutor de movimentos.

2.2 Benefícios da dança em cadeira de rodas como recurso para o desenvolvimento do aluno

Diversos são os benefícios que a dança em cadeira de rodas pode trazer para ao progresso na qualidade de vida dos deficientes físicos, pois a dança sendo uma forma de expressão corporal é também uma maneira de manifestar os sentimentos, onde o contato com o próprio corpo é muito intenso. Transformando-se em uma forma de descoberta do movimento pelo movimento, ou seja, por meio dele os deficientes físicos, podem se comunicar com o público e com seus professores, em conjunto aos gestos, ao som da música e ao ritmo de cada praticante (GERALDI, SOUZA, 2011).

O interesse no desenvolvimento dessa modalidade é intensificado na medida em que se percebe a existência de outra realidade se fazendo presente na dança e na educação física.

De acordo com Braga (2002), os benefícios causados pela dança em diferentes áreas são:

- **Psicológico** – O surgimento da dança acontece por uma necessidade interior, muito mais próxima do campo espiritual que do físico. Os movimentos coordenam-se em tempo e espaço tornando-se uma “válvula de liberação” de uma vida interior agitada que ainda foge à análise. O fato é que a dança estabelece formas de expressar os sentimentos: desejos, gratidão, respeito, alegrias, angústias, medo e poder.
- **Social** – A dança desenvolve formas coletivas e formas individuais de expressão, de criatividade, de espontaneidade, de concentração, de autodisciplina, promovendo a interação.
- **Motor** – A dança surge como uma atividade física preventiva em nossa sociedade, auxiliando no cuidado da saúde corporal; pela sua manutenção e melhora da qualidade de vida. O objetivo é sentir completamente o corpo e reconhecer todo o seu potencial de movimento, aprendendo a mover-se, a partir do interior do corpo, priorizando seu próprio ritmo, sem forçar ou provocar tensões.

Entretanto, os cuidados na atividade com dança voltada para pessoas com deficiência demandam intensa avaliação dos limites e possibilidades corporais de acordo com o tipo de deficiência e as peculiaridades que cada uma delas pode apresentar. É preciso que, a deficiência física seja bem definida de forma que o ato de dançar não acarrete danos à integridade física do praticante (VARGAS, 2008).

Para as técnicas fisioterapêuticas e psicoterapêuticas, torna-se um método terapêutico auxiliar na reabilitação, por ter como finalidade melhorar as condições físicas (esquema corporal, equilíbrio, ritmo, coordenação motora, organização espacial e flexibilidade) (BRIKMAN, 1992). Ela também proporciona o autoconhecimento, através do toque, porque, além de melhorar a percepção corporal, relaxa a musculatura, beneficiando o desenvolvimento motor, neurológico, físico, e o intelectual. O toque ajuda a definir os limites do corpo e a autoimagem, proporcionando conforto e prazer (BRAGA, 2002).

2.3 Inclusão do aluno deficiente físico na escola

Define-se discriminação como toda a distinção, exclusão ou restrição baseada na deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência atual ou passada, que tenha o intuito ou objetivo de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas deficientes e de seus direitos humanos e sua liberdade fundamental (BRUZI, DAMAZIO, 2009).

A prática de atividades motoras no contexto escolar, mais precisamente o componente curricular Educação Física, próprio aos profissionais da área, vem buscando formalizar ao longo dos anos a identidade de seus conteúdos, bem como a identidade dos objetivos gerais a serem alcançados neste contexto (BRACHT, 1999). Com o passar dos anos, tem-se concretizado a ideia de que os jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas sejam os próprios conteúdos da educação física. Dentro desses conteúdos existe um universo enorme de possibilidades de trabalho que devem ser definidos de acordo com as necessidades, desejos e potencialidades dos alunos (PEDRINELLI; VERENGUER, 2005).

Através da legalidade, com responsabilidade social, objetivando não negligenciar a educação para alunos portadores de necessidades especiais, de forma adaptada, vem acontecendo a inclusão dos mesmos em escolas regulares. De acordo com Shaffer (2005) e Gimenez (2005), os princípios de desenvolvimento humano e as características próprias das pessoas com deficiência, devem acontecer através do programa de educação física nas escolas inclusivas, correspondendo ao projeto político-pedagógico.

Segundo Ribeiro (2009), diante destas reflexões torna-se necessário discutir o papel dos gestores e educadores no sentido de:

- Criar ações que induzam a família e toda a comunidade a acolher a criança com sua diferença, sem protecionismos.
- Oferecer à família e à comunidade atividades que beneficiem a convivência e estimulem a confiança.
- Incentivar os familiares a participar da vida da criança, de modo que sua intervenção seja segura e efetiva.
- A criança deve ser estimulada a valorizar a reabilitação, para que conheça a importância de uma manutenção contínua desse processo. É necessário que a criança aprenda a ser cúmplice e aliada de si mesma, no processo da inclusão.

O conceito de inclusão hoje é usado frequentemente, sendo tema nos discursos, em conteúdo de disciplinas e cursos, na fala de legisladores, dos governantes, de representantes de instituições e de intelectuais. Existem várias sugestões em volta da ideia de inclusão tanto educacional, cultural, social, digital, e várias outras.

O termo inclusão teve sua origem na palavra inglesa *full inclusion* e trata-se de um novo paradigma que prescreve a educação para todos os alunos em classes e escolas regulares e que todas as crianças devem estar incluídas na vida social e educacional da escola (STAINBACK E STAINBACK, 1992).

Segundo Brasil (1988), o conceito de integração de pessoas com deficiência recebeu apoio no Brasil nas últimas décadas a partir da Constituição Federal de 1988, esse fato expandiu o espaço para que a batalha a favor da universalização da educação se inicia como proposto no artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e, adiante, no artigo 206, fala sobre igualdade de acesso e permanência na escola.

No plano internacional a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrido na Tailândia, na cidade de Jomtiem, no ano de 1990, demonstra um modelo de educação desenvolvida para a universalização e qualidade do ensino, também cita sugestões importantes para uma abordagem, conhecida na atualidade como educação inclusiva. Nesse documento consta um acordo para aprimorar os níveis de educação nos países envolvidos na Conferência. Foi aprovado um documento de referência para orientar os países a compor seus planos de ações específicos, atendendo suas características (UNESCO, 1998).

Segundo a Unesco (2008) a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, diz que a educação para todos significaria atender toda a população, e de modo particular, foi dada uma atenção às pessoas com deficiências.

O ensino voltado para pessoas com deficiências que era uma das preocupações neste momento histórico tem na “Declaração de Salamanca”, criada na Espanha, em 1994, um marco importante, pois estava direcionado exclusivamente para a questão da educação especial. As determinações contidas neste documento, também influenciaram nas discussões e decisões no contexto brasileiro, que se refere a esta modalidade de ensino. Diferentes estratégias legais e documentos foram divulgados na década de 1990, trazendo contribuições para se avaliar e buscar mudanças na educação para todos, inclusive para aqueles com necessidades especiais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Decreto n. 914 de 1993, que estabelece política de integração de pessoas com necessidades especiais de acordo com o Ministério da Educação e Ciência (MEC) (2004).

No entanto, na esfera da educação brasileira, uma diretriz legal de grande importância vem detalhar as orientações do texto da Constituição Federal de 1988: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96). A Educação Especial, isto é, oferecida às pessoas com necessidades especiais, admite o caráter de responsabilidade para o Estado, e deve ser aplicada na rede regular de ensino. Se antes, para esse grupo, a escolarização só era possível em instituições especializadas ou em classes especiais, de maneira que apenas uma pequena porcentagem conseguia ingressar no ensino regular, doravante a LDB a situação se modifica e as crianças devem ser integradas às escolas regulares, frequentando as classes comuns como as outras crianças. Somente em exceções as crianças seriam dirigidas a escolas especiais (DAMAZIO, BRUZI, 2009).

De acordo com Ribeiro (2009), hoje a política educacional brasileira, no que se refere às diretrizes para a educação especial, destaca a inclusão dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns, na expectativa de acabar com as práticas separatistas que envolvem a educação desses alunos. Contudo, no que tange à educação básica no ensino público e particular, a educação inclusiva tem sido considerado um desafio.

A prática padronizada da escola vem afetando a pluralidade e a evolução da aprendizagem, eliminando ou minimizando a importância do respeito à diversidade e, desse modo, desprezando as peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais, como pessoas que merecem um olhar diferenciado do professor, sem discriminação ou preconceito (RIBEIRO, 2009).

Mais um aspecto demonstrativo da prática padronizada das escolas é a utilização de referencial perceptivo-motor pré-estabelecido como eixo do trabalho pedagógico em sala de aula, por meio dos conteúdos, metodologias e, principalmente, materiais didáticos (MEC, 2006).

Essa prática, obviamente, não se junta com os referenciais motores do aluno com deficiência física, causando-lhe problemas significativos no processo de aprendizagem.

A educação inclusiva do aluno com necessidades educacionais especiais significa que na esfera escolar, a substituição do modelo racionalista ainda predominante na prática docente, fundamentado na padronização, na objetividade, na eficiência e no produto, para uma nova concepção da educação enquanto um sistema aberto, alicerçado nas dimensões do ser, do fazer e do conviver (SANTOS, FIGUEIREDO, 2003).

Esta na Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência do ano de 1999, as pessoas com deficiências físicas têm os mesmos direitos humanos e liberdade básica que as demais pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não serem submetidas a qualquer tipo de discriminação com base na deficiência, emanam da igualdade e dignidade que são essenciais a todo ser humano (DAMAZIO, BRUZI, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física, apresentam orientações para o atendimento do princípio de inclusão, que estão direcionadas para garantir condições de participação, por meio de adaptações a serem realizadas pelo professor. O texto ressalta o valor do cultivo de atitudes de dignidade, de respeito próprio, de respeito às diferenças e de respeito às limitações da pessoa com deficiência (BRASIL, SEF, 1998; PCN/SEF, 2000).

Encontramos nestes documentos orientações gerais, para atrair o interesse do professor pelo desenvolvimento de alternativas e estratégias para o envolvimento das pessoas com deficiência, sem a necessidade de procedimentos e práticas seletivas ou excludentes. O texto leva ao entendimento da importância de inclusão, de forma que o aluno com deficiência não fique excluído das diversas atividades pedagógicas. Porém, encontramos apenas uma breve menção a esta problemática que não se aprofunda, no sentido de questionar os fatores e as limitações encontradas no dia a dia escolar, que conduzem os professores a não concretização da inclusão (DOMINGOS, 2005).

2.4 Educação física inclusiva e a dança em cadeira de rodas

Para compreender estes objetivos educacionais apresentados pela sociedade, no sentido de proporcionar uma educação inclusiva, a Educação Física tem feito observações em torno desta questão que envolve a educação inclusiva, através de discussões, propostas pedagógicas e produções científicas. Contudo, existe um caminho longo a ser percorrido para que um modelo de educação física inclusiva se estabeleça no interior das escolas brasileiras.

A dança esportiva em cadeira de rodas é uma das inúmeras atividades adaptadas para mostrar a capa cidade e inserção da pessoa com deficiência física na sociedade.

De acordo com Costa e Souza (2004), sendo uma prática educativa a educação física desenvolvida no campo da educação formal ou nos demais ambientes sociais, não pode estar isolada do movimento de luta por um ensino legitimamente democrático. Assim, tornando-se necessário discutir as particularidades desta prática frente ao desafio de uma educação inclusiva, bem como considerar os diferentes aspectos e fatores que interagem no âmbito educacional no sentido de limitar a implantação do trabalho pedagógico voltados para a inclusão de todos.

É importante perceber que nas propostas de educação física inclusiva todos os educandos, com suas mais distintas características físicas aprendem a conviver e conhecer as diferenças do outro. Por meio de aulas práticas forma-se um ambiente onde os alunos interagem e são unidos, estabelecem novas formas de pensar, comemorar e superar as diversidades culturais, em busca de uma sociedade mais democrática (SÔNIA, 2009).

Nessa mesma linha de pensamento, Damazio e Bruzi (2009), apresenta que o conceito de inclusão não tem o objetivo apenas de atender às crianças com deficiência e sim representar uma evolução nas relações estabelecidas pela escola e pela sociedade. A Educação Física, sendo parte integrante e constante do currículo tem permanecido à margem desse movimento inclusivo.

A dança em cadeira de rodas como atividade na Educação Física transforma-se, para o aluno numa oportunidade de viver e provar várias experiências do movimento humano, tornando-se também um espaço de resgate cultural e social do ser humano na sociedade contemporânea. É importante ressaltar que ensinar dança na escola é muito mais do que reproduzir o que se encontra na mídia, ou o que o educador traz de casa finalizado para aplicar ao aluno (BRAGA, 2002).

Ensinar e aprender a dança são vivenciar, criar, expressar, brincar com o próprio corpo; é deixar-se levar pela descoberta de inimagináveis movimentos, é descobrir no corpo que o que é certo pode estar errado e o que é errado pode estar certo. Com relação ao belo, não existe para ele uma regra, uma visão unilateral, e sim

multiplicidades, polissemias, diálogos e dialéticas (SANTOS; FIGUEIREDO, 2003, p. 1).

Cabe à escola inserir um espaço para experiências artísticas, em específico, para os vários elementos apresentados pela dança. Através dela podemos apreciar o mundo brincando e imaginando novas formas de interpretar a realidade (GERALDI; SOUZA, 2011).

A arte não se apresenta como solução, mas como parte da mesma, pois ela conduz as pessoas a compreenderem a realidade a partir da mediação subjetiva e da experiência sentimental. Implantada na escola, poderá ser trabalhada de forma que cada gesto e movimento possuam significados e importâncias, e que no espaço criado as relações entre o pensar, o sentir e o agir possam ser cultivadas. Com isso, a dança deve favorecer a expressividade dos estudantes, impulsionando-os a construir conhecimentos através da criatividade (VARGAS, 2008).

Tolocka e Ferreira (2006) destaca que, ao refletir sobre a dança no contexto escolar, precisamos ter como prioridade os métodos pedagógicos, em que o processo e o produto são importantes para o entender a importância de uma atividade que respeite o corpo e a liberdade de expressão dos alunos. Não devermos deixar de lado a humanização, a inclusão, as diversas estéticas, a diversão e os conceitos artísticos.

A dança em cadeira de rodas, permite uma nova postura diante das possibilidades artísticas, esportivas e estéticas e constitui-se em forma de resistir às limitações impostas, possibilitando rupturas com padrões vigentes, próprias do ser prático que caminha para a transcendência (TOLOCKA; FERREIRA, 2006).

A dança na educação tem a finalidade de auxiliar à pessoa a encontrar uma relação corporal com a totalidade da existência. Portanto, na escola, não há necessidade de se buscar a perfeição ou o desempenho de danças incríveis, mas a oportunidade de conhecimento que a atividade criativa da dança traz ao aluno (LABAN, 1990).

A arte do movimento, além de desenvolver as formas individuais e coletivas de expressão, de criatividade, de espontaneidade, concentração, autodisciplina, promove uma completa interação do indivíduo e um melhor relacionamento entre os homens (ARRUDA, 1988).

O ensino da dança tem uma variedade de elementos a serem desenvolvidos no âmbito escolar e fora dele. De acordo com Arruda (1988), levar a arte do movimento para o currículo escolar, nas creches, ruas e bibliotecas, quer dizer, nos vários ambientes educativos, formais e informais, para os diversos grupos, de forma que todos desfrutem do contato e experimentar

com a dança, sentir e conhecer a sua própria história e expressar seus sentimentos (SANTOS; FIGUEIREDO, 2003).

3 METODOLOGIA

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica para a coleta de dados para o estudo através de artigos e publicações disponíveis em plataformas acadêmicas LILACS, BIREME e PUBMED, assim como acesso a literaturas, do ano de 1988 à 2015.

O objetivo desta pesquisa, foi analisar sobre a importância da dança em cadeira de rodas e seu desenvolvimento artístico, por meio de seus diversos estilos, como forma de expressão e comunicação, através da inclusão feita nas aulas de Educação Física.

4 RESULTADOS

Nos trabalhos pesquisados observou-se a importância que os autores descrevem a dança como uma forma de reabilitação para o deficiente físico, abrangendo a dança em cadeira de rodas como uma forma de inclusão do indivíduo com a sociedade. Descrevendo seus benefícios físicos, psicológicos e motores.

Foi abordado também as vantagens que a educação física inclusiva gera tanto para alunos como para os professores que aprendem a conviver com as diferentes dificuldades físicas que estes alunos apresentam, formando assim uma equipe, pois dentro deste contexto alunos e professores são unidos e estão prontos para superarem juntos as mais variáveis diversidades.

5 DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa realizada observou-se na bibliografia pesquisada, a mesma linha de raciocínio por parte dos autores, que defendem que a Educação Física inclusiva é uma prática importante e necessária para os dias atuais, porém é imprescindível o seu aperfeiçoamento através de discussões, propostas pedagógicas e produções científicas. Costa e Souza (2004), expõem que a referida prática tem as suas particularidades, sendo necessário discuti-las, considerando os diferentes aspectos e fatores que interagem no âmbito educacional no sentido de limitar a implantação do trabalho pedagógico voltados para a inclusão de todos.

Observa-se que a Educação Física inclusiva é benéfica tanto para o desenvolvimento, físico, motor e psicológico do aluno, bem como para o desenvolvimento intelectual do educando, que aprendem a conviver e conhecer as diferenças do outro. Com esta prática forma-se um ambiente inclusivo, de integração e união entre os professores e alunos, sendo um paradigma de evolução nas relações estabelecidas pela escola e sociedade (SÔNIA, 2009); (DAMAZIO; BRUZI, 2009).

Mantoan (2005), é claro em dizer que inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, apresentando a prerrogativa de convivência e participação com a diversidade, acolhendo à todos, sem ressalva.

O processo de inclusão do deficiente físico através da dança, visa o desenvolvimento da sua capacidade, respeitando assim as suas limitações. Por meio da pesquisa realizada observa-se que a dança é uma forma de comunicação e expressão, que ajuda muito o portador de deficiência no seu processo de reabilitação (BARROS, 1991).

A dança em cadeira de rodas é uma atividade física inclusiva e de acordo com Braga (2002), proporciona ao aluno várias experiências do movimento humano, resgatando culturalmente e socialmente o ser humano na sociedade contemporânea.

Uma das diversas possibilidades para se explorar o dançar, é a dança em cadeira de rodas, pois com esta prática, o corpo sente algo próprio e singular, apesar do corpo apresentar seus limites físicos, tal atividade ao ser praticada liberará sentimentos intensos, permitindo ao aluno pensar, criar, atuar, decidir e sentir diversas emoções ao movimentar-se (CALDAS, 2011).

Braga (2002), descreve que os benefícios da dança no aspecto psicológico, surge através de uma necessidade interior, com movimentos coordenados dentro do tempo e espaço, estabelecendo formas de expressar os mais diversos sentimentos.

Achcar (1988), expõe que, a dança desenvolve estímulos que são benéficos aos praticantes como as emoções e os sentimentos transpostos pela coreografia.

No aspecto social, Braga (2002) explica que a dança promove a sua interação, desenvolvendo formas coletivas e individuais de expressão. O estímulo a independência, a melhora da auto-estima, a interação com diversas pessoas, possibilitando uma experiência intensiva com possibilidade de limitações, vivenciando situações de sucesso, permitem o progresso da auto-valorização e confiança (SHIMOSAKAI, 2011).

Segundo Braga (2002), no aspecto motor, a dança se apresenta como uma atividade física preventiva, auxiliando no cuidado da saúde corporal, através da manutenção e qualidade de vida. Achcar (1998), descreve que no referido aspecto, a dança visa o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio e flexibilidade, transformando os seus movimentos em atos, com raciocínio, ritmo e coordenação motora. Através das técnicas fisioterapêuticas e psicoterapêuticas, de acordo com Brikman (1992), este aspecto passa a ser um recurso terapêutico de assistência na reabilitação, objetivando aperfeiçoar diversas qualidades físicas.

Os autores apresentam a mesma opinião referente aos benefícios que a dança propõe, sendo uma prática física/artística, que traz benefícios físicos e psicológicos, melhorando a motivação do deficiente físico em seu processo de reabilitação. Sendo também um dos maiores meios de inclusão social, demonstrando a superação de limites através do desenvolvimento e desempenho, desses indivíduos (COSTA; SOUZA, 2004).

No contexto da pesquisa, observou-se que os focos terapêuticos e educacionais são imprescindíveis para a dança inclusiva, porém o processo do resultado artístico destaca-se, considerando uma possível mudança do conceito e inclusão social desses indivíduos, através da arte da dança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança é a linguagem universal do corpo, para o aluno com deficiência física, os tornando parte do contexto educacional. Por meio da dança, o aluno com deficiência física, tem possibilidade expressar seus sentimentos, demonstrar sua indignação, superar dificuldades e ultrapassar seus limites.

O professor de Educação Física na busca de novas atividades físicas para a participação do aluno com deficiência física, encontra através da dança de cadeira de rodas, uma possibilidade de desenvolver determinada modalidade física/artística, nas aulas de educação física, tornando nossa compreensão sobre suas necessidades ainda maior. Sendo assim, analisamos a prática da atividade física/educação física adaptada na escola, como um conteúdo capaz de promover melhorias motora entre outras áreas do desenvolvimento que a educação física escolar integra como cognitiva social e afetiva.

Introduzir práticas da dança em cadeira de rodas, constitui em seguir um princípio importante no processo de inclusão que é a democracia, fazendo com que aos alunos com deficiência vivenciem as mesmas experiências que os outros e de acordo com suas potencialidades físicas. Mesmo com experiências que tragam dificuldades e frustrações, fazendo com que o professor reflita com o próprio aluno sobre seu desempenho, se foi suficiente ou não. Essas situações proporcionaram conhecimentos importantes na formação de cada aluno que irão repercutir em diversos momentos de sua vida.

Além do esforço do aluno é necessário o comprometimento do professor com o seu papel. Para que haja resultados deve-se ter além do conhecimento teórico-prático, respeito, empatia e vocação para trabalhar com alunos deficientes físicos.

Os benefícios físicos e psicológicos que a dança em cadeira de rodas proporciona aos alunos com deficiência física, são inúmeros, incluindo socialmente estes indivíduos na sociedade e acelerando o processo de reabilitação. Porém o processo do resultado artístico destaca-se neste processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

- ACHCAR, D. **Balé uma arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- ARRUDA, S. **Arte do movimento: as descobertas de Rudolf Laban na dança e ação humana**. São Paulo: PW Gráficos; Editores Associados, 1988.
- BARROS, D. D. Habilitar-reabilitar: O rei está nú? *Revista Terapia Ocupacional*, 2: 100-4, 1991.
- BARRETO, M. A; FERREIRA, L. E. **Dança esportiva em cadeira de rodas: A história contada pelas vozes de quem dança**. 2011. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/vol27michelle.php>>. Acesso em: 10 de Abr/2015.
- BARRETO, M, A. **Dança esportiva em cadeira de rodas: construção/constituição, equívocos e legitimidade**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pgedufisica/files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final-Michelle.pdf>>. Acesso em: 27 de Mar/2015.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Caderno Cedes*, ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.
- BRAGA, D. M; et al. **Benefícios da dança esporte para pessoas com deficiência física**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2002/RN%2010%2003/Pages%20from%20RN%2010%2003-6.pdf>>. Acesso em: 12 de Abr/2015.
- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF, Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento Introdutório**. Brasília, 1998.
- BRIKMAN L. **A linguagem do movimento corporal**. São Paulo, Summus, 1992.
- CALDAS, D. C. A. **A dança em cadeira de rodas: um processo de inclusão do aluno com deficiência física na sociedade**. 2011. Disponível em: <http://www.cbdc.org.br/wp-content/uploads/MONOGRAFIA_DANIELLE_CALDAS.pdf>. Acesso em: 24 de Nov/2015.
- CBDCR – Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas. **História factual da dança artística em cadeira de rodas**. 2009. Disponível em: <<http://www.cbdc.org.br/cbdc/danca-artistica>>. Acesso em: 06 de Abr/2015.
- COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, p. 27-42, 2004.

DAMAZIO, M, S; BRUZI, A, T. **Educação inclusiva e o papel da educação física no contexto escolar**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/educacao-inclusiva-e-o-papel-da-educacao-fisica-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 02 de Abr/2015

DANCE, R. **Dança Inclusiva - O que é?** 2014. Disponível em: <<http://www.mundodadanca.art.br/2011/10/danca-inclusiva-o-que-e.html>>. Acesso em: 24 de Nov/2015.

DOMINGOS, M, A. **A escola como espaço de inclusão: Sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DomingosMA_1.pdf>. Acesso em: 04 de Abr/2015.

FERREIRA, E. L; FERREIRA, M. B. R. **A possibilidade do movimento corporal na dança de cadeira de rodas**. 2004. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/580/604>>. Acesso em: 30 de Mar/2015.

GIMENEZ, R. Atividade física e deficiência mental. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**. Barueri: Manole, 2005.

GIRALDI, A; SOUZA, M, A, C. **Dança para cadeirantes: Um exemplo de superação**. 2011. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2011/artigo030.pdf>> Acesso em: 06 Abr/ 2015.

KAEPPLER, A. L. La Danse selon une perspective anthropologique. In: Nouvelles de Danse, 34/35, Danse Nomade: regards d'anthropologues et d'artistes. Bruxelles: Contredanse, 1997: 24-46. (Tradução Livre para o Português: Giselle Guilhon Antunes Camargo).

LABAN, Rudolf. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In **Nova Escola**, maio, 2005.

MATTOS, E. Perspectivas das pesquisas em dança em cadeira de rodas. Conexões: educação física, lazer, esporte, 2001. P 75.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Deficiência física**. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 02 de Abr/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. Declaração de Salamanca e linha de ação especial sobre necessidades educativas especiais. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: acesso e Qualidade**. Salamanca: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Espanha, 1994.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: Introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**. Barueri: Manole, 2005.

RIBEIRO, S, M. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física**. 2009. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/INAYIPCIURCT.pdf>>. Acesso em: 04 de Abr/2015.

SAHFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS, R, C; FIGUEIREDO, V, M, C. **Dança e inclusão no contexto escolar, um diálogo possível**. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/16052/9836>>. Acesso em: 01 de Abr/2015.

SHIMOSAKAI, R. **Dança em Cadeira de Rodas**. A arte em movimento. 2011. Disponível em: <<https://turismoadaptado.wordpress.com/2011/01/22/danca-em-cadeira-de-rodas-a-arte-em-movimento/>>. Acesso em: 23 de nov/2015.

STAINBACK, S. E STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. (rad. Magda França Lopes.).

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien 1990. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 13 de Abr/2015.

VARGAS, L. A. A dança na escola. **Revista Cíniegis**, Santa Cruz do Sul, v.4, n.1, p.09-13, Jan/Jun., 2003.

VARGAS, S. **Dança sobre rodas: desafios e possibilidades**. Ano 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd122/danca-sobre-rodas-desafios-e-possibilidades.htm>> Acesso em: 13 de Abr/2015.